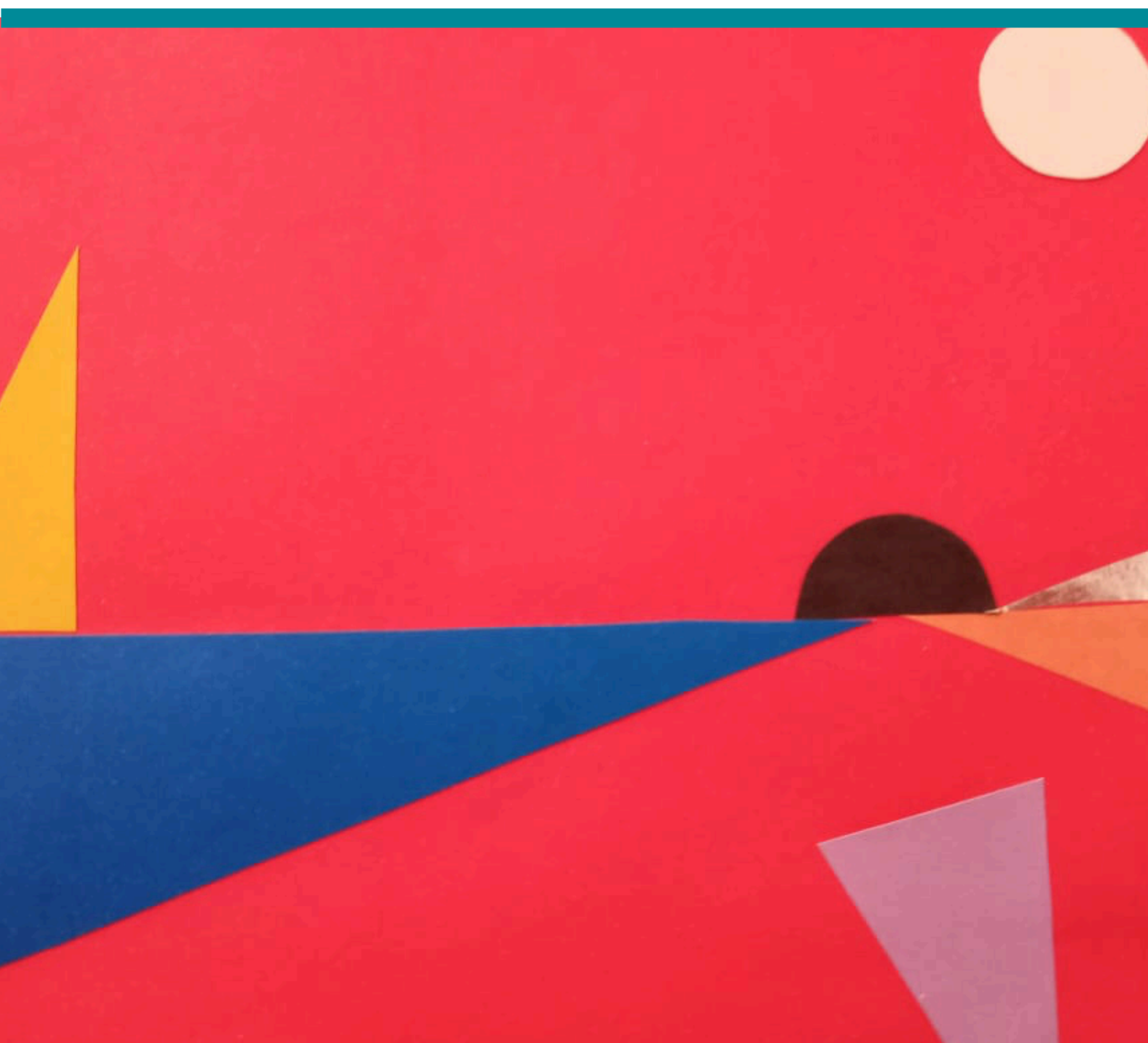


REVISTA AJUFERJES

AJUFERJES LANÇA
“MAGISTRATURA
FEDERAL PLURAL”

ASSOCIAÇÃO
LANÇA PODCAST E
INCREMENTA CANAIS
DE COMUNICAÇÃO

ENTREVISTA COM O
DESEMBARGADOR
ABEL GOMES



ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

JANEIRO A MAIO | 2021 | ANO 3 | NÚMERO 1

Sumário

Mensagem da diretoria	• 3
TRF2 empossa nova diretoria	• 5
Uma posse para entrar na história	• 6
William Douglas é o mais novo desembargador federal do TRF2	• 8
Entrevista Abel Gomes	• 10
Ajuferjes lança, em parceria com a Educafro, curso “Magistratura Federal Plural”	• 13
Aviso Importante sobre os Convênios Ajuferjes	• 14
Ajuferjes realiza workshop para a imprensa	• 14
Cada vez mais próximos	• 15
Memórias de viagens em tempos de pandemia	• 16
Obra coletiva de Juízes Federais é lançada pela Editora FGV	• 19
Prateleira	• 20
Histórias de um tribunal	• 22

Expediente Revista Ajuferjes

Editoras e jornalistas responsáveis: Daniele Carvalho e Marina Ivo | Transforme Comunicação

Projeto gráfico (capa e miolo) e diagramação: Ligia Barreto | Ilustrarte Design

Imagem de capa: Zema Carvão (@josemariocarvao)

Diretora de Comunicação Social: Carla Teresa Bonfadini de Sá

Presidente Ajuferjes: Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos

MENSAGEM DA DIRETORIA

“A nova gestão pretende avançar nos projetos já iniciados pelas gestões anteriores, especialmente naqueles relacionados à proteção e conquistas dos direitos dos associados.”

Caríssimos colegas,

Foi com uma imensa satisfação que assumi a presidência do conselho executivo da Ajuferjes. Somos um grupo heterogêneo, composto por Juízes Federais de diversos concursos, mas com um ponto em comum, o desejo de lutar, com muita dedicação e empenho, para que os magistrados da Segunda Região tenham na sua associação um canal de interlocução para suas reivindicações e necessidades, de modo a contribuir para a qualidade de nossas vidas pessoais e profissionais.

Estaremos seguindo uma longa linhagem de administrações exitosas e esperamos estar à altura das gestões anteriores, sempre acrescentando pontos importantes para o fortalecimento da nossa imagem institucional e da nossa carreira.

A nova gestão deseja avançar nos projetos já iniciados pelas gestões anteriores, especialmente naqueles relacionados à proteção e conquistas dos direitos dos associados.

Pretendemos diminuir a distância entre a associação e seus membros, estimulando o sentimento de pertencimento e união entre os juízes, valores estes que são primordiais para o fortalecimento da carreira.

Além disso, queremos, nessa gestão, fundar e estruturar a Escola da Ajuferjes,

uma iniciativa inovadora para a magistratura federal do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ressaltamos que a Escola terá um segmento gratuito, completamente voltado para estudantes carentes, concretizando a ideia de que nós juízes também somos atores efetivos na busca pela cidadania.

Buscaremos valorizar o intercâmbio entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, estimulando a troca, contato e eventos entre juízes de ambos estados.

Finalmente, faremos um trabalho de consulta e mapeamento junto aos associados, buscando sugestões sobre os principais interesses e preocupações dos colegas, buscando também troca de ideias e soluções entre as Regiões, com a finalidade de evoluir o arcabouço normativo que diz respeito aos direitos e prerrogativas da carreira.

Teremos durante esse biênio inúmeros desafios a serem enfrentados. O primeiro diz respeito à relação da Associação e seus membros e nesse sentido, tentaremos construir uma relação mais próxima com nossos associados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, através de reuniões virtuais e consultas durante o período da pandemia e visitas presenciais e encontros, tão logo esta esteja solucionada, procurando, sempre, atingir uma maior

participação de todos em nosso processo decisório.

Já no âmbito externo e social, tentaremos incrementar a comunicação da Ajuferjes com a sociedade, tornando-a conhecida como uma associação, forte, íntegra e atuante nas redes sociais, sendo fonte constante de informação segura e construtiva para todos, divulgando nossas sentenças, decisões, entrevistas e artigos sobre temas relevantes, lançando lives, cartilhas e podcasts que possam facilitar a compreensão da nossa atuação pelo jurisdicionado.

Nesse sentido, faremos lives mensais e já lançamos uma série de podcasts, os quais contam com valiosa participação dos nossos associados, para que possamos divulgar o trabalho árduo, incessante, criativo, eficiente e inovador da Magistratura Federal da 2ª. Região.

A Ajuferjes é um espaço de acolhimento, proteção e melhoria da qualidade de vida e trabalho dos juízes. É o local onde podemos cultivar a união na carreira e no qual os

Magistrados Federais da Segunda Região conseguirão debater todas as questões relativas à sua atuação jurisdicional, direitos, garantias e prerrogativas e formado o consenso, atuar para que as medidas favoráveis à melhoria da nossa atuação funcional possam ser implementadas.

Durante esse biênio a diretoria se esforçará ao máximo para mostrar a excelência da Magistratura Federal da Segunda Região, a qual vem se dedicando através de inúmeras iniciativas, a entregar a melhor prestação jurisdicional possível com celeridade e eficácia, entregando a cada um o que é seu, dentro da maior brevidade possível. Também trabalharemos, incansavelmente, para que, após a obtenção de um consenso na fixação das estratégias de atuação, sejam assegurados a todos os seus direitos e prerrogativas constitucionais, legais e regulamentares.

O trabalho em conjunto, ouvindo a todos, nos faz mais fortes para que possamos encontrar as melhores soluções possíveis para os problemas que se apresentarão.

SANDRA CHALU

Presidente da Ajuferjes

TRF2 EMPOSSA NOVA DIRETORIA



O desembargador Messod Azulay assina o livro de posse

“O juiz promove paz nos movimentos familiares, individuais, econômicos sociais e políticos da nação. A Magna Carta impõe que o Judiciário atenda aos fins sociais e ao bem comum no desfecho de cada veredito.”

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) empossou, no dia 8 de abril, os novos gestores do biênio 2021/2023. Durante cerimônia solene, foram ocupados os postos de presidente e vice-presidente da Corte, respectivamente, pelos desembargadores federais Messod Azulay Neto e Guilherme Calmon Nogueira da Gama. Passou a fazer parte também do novo quadro o desembargador Theophilo Antonio Miguel Filho, que atuará como corregedor regional.

Por conta das restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19, o ato foi realizado de forma híbrida, com número bastante reduzido de presentes no Plenário, mas com grande número de participantes por videoconferência, incluindo desembargadores e juízes federais da 2ª Região, servidores, amigos e familiares dos empossados.

Dentre outras autoridades, prestigiaram a cerimônia o presidente do Superior

Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, o vice-presidente e corregedor geral da Justiça Federal, ministro Jorge Mussi e os governadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Cláudio Castro e Renato Casagrande.

O novo presidente do TRF2 fez discurso defendendo um Judiciário mais humanizado e sensível aos dramas expostos em cada ação: “O judiciário não pode ser visto somente como um poder estatal destinado à solução de conflitos. O juiz não é uma pessoa indiferente e fria para indiferente e friamente detonar a norma adequada com o fito de regular a convivência humana. O juiz promove paz nos movimentos familiares, individuais, econômicos, sociais e políticos da nação. A Magna Carta impõe que o Judiciário atenda aos fins sociais e ao bem comum no desfecho de cada veredito”, declarou.



UMA POSSE PARA ENTRAR NA HISTÓRIA

Eleito vice-presidente do TRF2 em meio à pandemia, o Desembargador Guilherme Calmon defende, entre outras iniciativas, investimentos na capacitação de magistrados e servidores na matéria relativa a precedentes.

Em sessão que entrou para a história da Justiça Federal, o desembargador Guilherme Calmon Nogueira da Gama foi eleito, em dezembro, vice-presidente do Tribunal Regional Federal — 2ª Região (TRF2). Foi a primeira vez que o Plenário da Corte — por força das restrições impostas pela pandemia — realizou uma eleição por videoconferência.

Ao tomar posse no início de abril, o magistrado sabe que o ineditismo de sua gestão não vai parar por aí. Ao lado do novo presidente da regional, desembargador Messod Azulay Neto, serão muitos os desafios para o biênio 2021-2023.

Em entrevista à Revista Ajuferjes, Calmon conta o que espera para estes dois anos de sua gestão.

Quais são suas expectativas em relação à Justiça Federal para os próximos anos?

A Justiça Federal cresceu significativamente em importância para o sistema de justiça do país e, simultaneamente, para o regime democrático desde o advento da Constituição Federal de 1988. Alguns movimentos, tais como a interiorização, o crescimento da atuação dos tribunais regionais federais, a implantação dos juizados especiais federais, a identificação dos métodos adequados de solução de conflitos (conciliação, mediação, técnicas negociais) também nas matérias de competência da justiça federal, entre outros, se revelaram centrais neste período. Paralelamente a isso, o desenvolvimento de

tecnologia no âmbito dos processos, o reconhecimento da necessidade da exploração de técnicas de gestão de processos e de pessoas, inclusive em razão das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, se mostram realidades concretas. A pandemia, por coincidência, foi enfrentada na justiça federal de modo bem menos traumático do que em outros ramos do Judiciário brasileiro, devido ao investimento há algum tempo na informatização e na busca de modernização do processo judicial de modo a cumprir os princípios e as regras constitucionais relativas à razoável duração do processo e ao acesso à ordem jurídica justa.

De que forma estas mudanças podem influenciar nas atribuições de sua gestão?

As funções do vice-presidente de tribunal regional federal são, essencialmente, relacionadas ao juízo de admissibilidade dos recursos extraordinário, especial, ordinário em *habeas corpus* e, por isso, há uma espécie de “filtro” dos casos que devem ser encaminhados aos tribunais superiores. Com a progressiva migração dos casos mais antigos para os sistemas de processamento eletrônico, aliada aos novos casos já em formato eletrônico, há necessidade de a vice-presidência também se modernizar com o emprego de estratégias e práticas de maior agilização na apreciação, sem descuidar do cuidado da análise de cada caso. A identificação de casos repetitivos que possam ser escolhidos para fins de permitir encaminhamento de alguns deles aos tribunais superiores de modo a ocorrer a definição de teses jurídicas em tempo mais rápido, com efeito, permitirá maior efetividade e, simultaneamente, maior segurança jurídica e igualdade na solução das demandas. É possível avançar com emprego de algumas potencialidades relativas à inteligência artificial no processo judicial, sem prejuízo da qualidade do trabalho desenvolvido no juízo de admissibilidade dos recursos.

De que forma a pandemia mudou as atividades do TRF2 e que alterações vieram para ficar?

A pandemia alterou significativamente as atividades da justiça federal na 2ª Região, e não apenas no TRF, desde a redução drástica da presença física das pessoas nos fóruns e no prédio do TRF até a possibilidade de realização de julgamentos em meio remoto (em tempo real). Con-

tudo, não houve abalo na prestação jurisdicional por parte dos magistrados, eis que em pouco tempo a administração do TRF e das duas seções judiciárias (Rio de Janeiro e Espírito Santo) propiciou os instrumentos normativos e operacionais necessários para o trabalho remoto, além da realização das audiências e sessões a distância. Hoje é comum a realização de sessões no TRF com advogados de outros estados da Federação brasileira, em tempo real, sem necessidade do deslocamento dos profissionais para o Rio de Janeiro, o que sem dúvida representa um avanço significativo, inclusive com redução de custos para as partes e seus advogados.

Que medidas podem ser tomadas para aprimorar a gestão de precedentes?

Além do estreitamento dos laços com os setores dos tribunais superiores e outros tribunais a respeito das medidas empregadas para a gestão dos precedentes — até em razão de várias experiências bem-sucedidas —, considero a necessidade de cada vez mais haver investimento na capacitação dos magistrados e dos servidores no que tange à matéria relativa aos precedentes. Considero que o processo eletrônico precisa considerar as especificidades da justiça federal, tal como ocorre no caso do eproc, escolhido para servir como sistema eletrônico de processamento dos casos. A atuação da Associação Nacional e da Associação Regional dos Juízes Federais também é muito importante para sugerir medidas de melhoria na gestão dos precedentes, como também a contribuição do Ministério Público Federal, da OAB, das Procuradorias Federais, entre outros entes e órgãos que atuam na justiça federal.

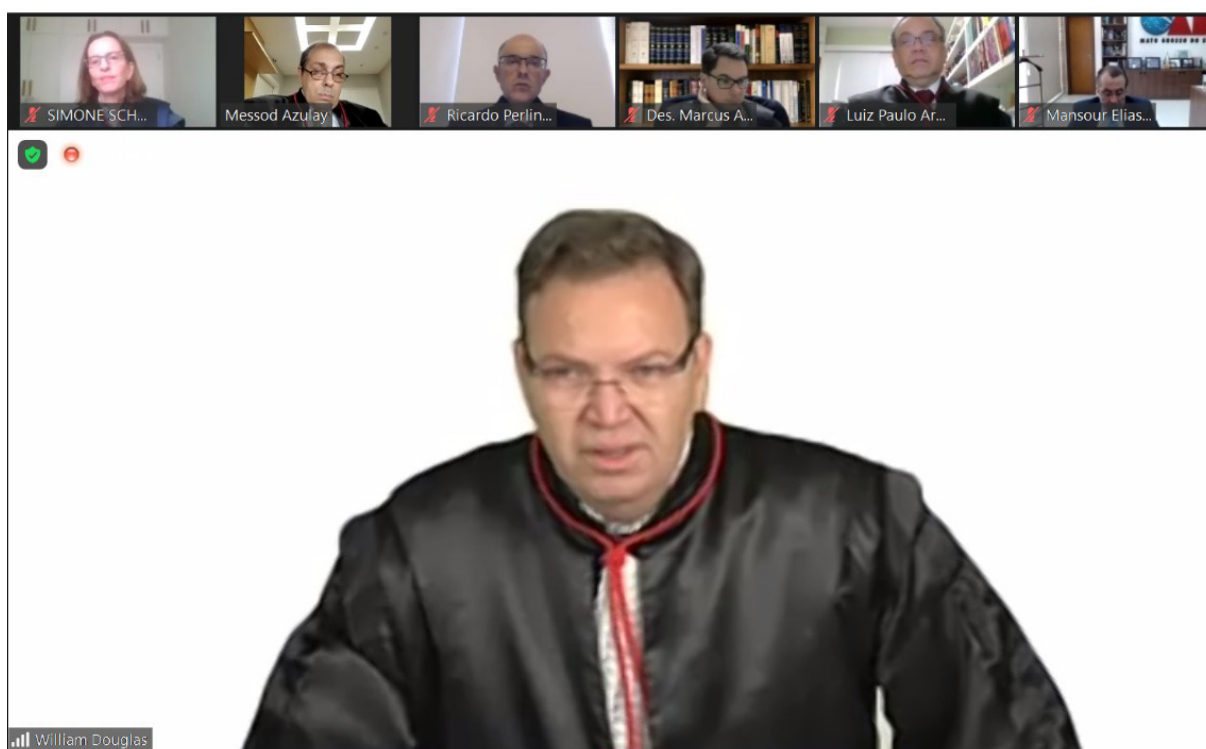
WILLIAM DOUGLAS É O MAIS NOVO DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRF2

Em 11 de março, o Juiz federal William Douglas Resinente dos Santos tomou posse como desembargador federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Com votação unânime do Plenário do Tribunal, William Douglas foi promovido à segunda instância pelo critério de antiguidade.

Por causa das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a cerimônia de posse foi realizada por videoconferência e foi conduzida pelo vice-presidente da Corte, no exercício da Presidência, desembargador federal Messod Azulay. Den-

tre os presentes, estiveram o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, o diretor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior, o jurista, advogado e professor Ives Gandra Martins, Luciano Bandeira, presidente da Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcia Morgado, procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, entre outros.

Em seu discurso, o desembargador federal lembrou a crise pela qual passa o



Brasil, com o aumento acelerado do número de casos e mortes causadas pela pandemia: “Vivemos um tempo de insegurança biológica e jurídica. O isolamento e a desesperança fizeram aumentar os casos de suicídio e o confinamento tem provocado muitos divórcios. Temos visto empregos perdidos e empresas quebradas. E famílias e amigos estão mergulhados no luto pela perda de entes queridos”.

Mas, apesar do quadro desolador, pediu a todos para não perderem a esperança. “Em meio à pandemia, estamos conseguindo nos organizar. Estamos, sim, caminhando e vamos superar a crise. Precisamos manter a serenidade e a pa-

ciência. Vamos segurar mais um pouco os afetos e as saudades das pessoas amadas. Sairemos deste episódio da nossa história como um país mais forte”, declarou o desembargador, concluindo: “Estudo, trabalho e tempo continuam funcionando e são ainda a solução para a maior parte dos problemas”.

O desembargador William Douglas encerrou sua fala dirigindo um emocionado agradecimento a sua família, aos amigos, aos seus professores, aos seus alunos, aos seus pares e aos servidores da 4ª Vara Federal de Niterói (RJ), da qual foi titular desde 1997: “Eles são os responsáveis por eu ter chegado até aqui”.

“Vamos segurar mais um pouco os afetos e as saudades das pessoas amadas. Sairemos deste episódio da nossa história como um país mais forte. Estudo, trabalho e tempo continuam funcionando e são ainda a solução para a maior parte dos problemas. ”

WILLIAM DOUGLAS ingressou na Magistratura Federal em 1993. Além da titular da 4ª Vara Federal de Niterói, sua cidade natal, foi também, nos anos de 2001 e 2002, juiz da 2ª Turma Recursal (RJ) dos Juizados Especiais Federais.

Oficial condecorado da reserva do Exército brasileiro (R/2), o mais novo membro do TRF2 formou-se em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e obteve o grau de mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Com reconhecida atuação como docente, palestrante e autor de 59 obras, dentre jurídicas, literárias, educacionais e de outras áreas, William Douglas é atualmente professor pesquisador-associado na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), já tendo exercido magistério também na cadeira de Direito Processual da UFF.

Fonte: <https://www.jfrj.jus.br/>



Abel Gomes

BREVE NARRATIVA DE UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO BRASIL

Desembargador Abel Gomes dá entrada em seu pedido de aposentadoria

O saldo é mais que positivo: 28 anos de magistratura e muito crescimento pessoal. Assim, o desembargador Abel Fernandes Gomes encerra sua trajetória na magistratura com a sensação de dever cumprido, relembrando com alegria do dia 30 de março de 1993, quando ingressou na Justiça Federal, atraído pelo frescor e desafios deste ramo do Poder Judiciário, que adquiriu um novo perfil a partir da Constituição da República de 1988, o de uma jurisdição cidadã. Nesta entrevista concedida ao Informativo da Ajuferjes, o Desembargador conta um pouco de sua estória e avalia os caminhos futuros da Justiça no País. Para ele, o judiciário precisa mostrar claramente à sociedade a diferença entre prerrogativa e privilégio.

Para iniciarmos a entrevista, poderia contar sobre o seu ingresso na Justiça Federal. Por que escolheu a carreira e como avalia a sua decisão hoje?

Quando me graduei em direito em 1989, minha segunda faculdade, já tinha como objetivo o ingresso numa carreira pública por concurso. Naquela época, elas ofereciam um estatuto de muita estabilidade em todos os quesitos, inclusive na inatividade. O mercado privado era muito limitado. Comecei pela Defensoria Pública do RJ, onde fiquei por três anos. Gostava muito do que fazia e já atuava na área criminal. Quando a instituição sofreu uma instabilidade pontual decorrente do velho discurso da “caça

aos marajás”, em 1992, muito comum na época e recorrente em democracias frágeis, resolvi sair para outras instituições que, pelo que se via, ainda se mantinham garantidas contra interferências político-populistas. Passei então, em 1993, em 3 dos 3 concursos que prestei (Ministério Público Federal, Juiz de Direito/RJ e Juiz Federal). Me atraiu a Justiça Federal. Ela estava então com o novo perfil constitucional trazido pela Carta de 1988. Tribunais Regionais recém instalados, muito campo para crescimento, e uma jurisdição cidadã que se revelava cada vez mais proeminente em casos de evidente afronta a direitos fundamentais e adquiridos que naquele

período se apresentou. Tomei posse em 30 de março de 1993. Não sabia como seria, mas o frescor do novo era muito animador.

Existe alguma história de tribunal que tenha sido muito marcante ao longo desses anos e que você poderia compartilhar com a gente?

Tudo foi muito marcante, sobretudo as audiências e o rico contato humano com tantas histórias e situações. Mas o mais marcante para mim foram os diversos feedbacks positivos que recebi de acusados e até condenados. Afinal, não são situações que façam do juiz criminal uma figura simpática. Durante um bom tempo a Justiça Federal também executava suas próprias penas. Entretanto, recebi cartas, cartões de Natal e até visitas de acusados e apenados após o processo, sempre para contar como estava indo a vida. Tudo de forma muito amistosa, rica e com o reconhecimento de respeito e consideração. Não deixa de ser marcante e comovente.

Na sua avaliação, qual o papel do judiciário hoje?

O judiciário precisa estabilizar conflitos numa sociedade extremamente complexa, plural, atenta e ansiosa por reconhecimento de diferenças com vistas à igualdade. Não pode estabilizar os conflitos no grau máximo em que eles se apresentam, deixando estáveis os picos desses conflitos, sob pena de apenas reprimi-los com aparência de pacificação. O judiciário não põe fim a conflitos, mas deve apaziguá-los de forma serena e buscando estabilizar a sociedade no ponto mais brando deles. Daí a importância da tentativa de composições, conciliações, mediações, e em último grau de atuações profundamente auditivas das polaridades, mas firmes na medida do necessário. Essa medida está na lei.

“ O judiciário precisa estabilizar conflitos numa sociedade extremamente complexa, plural, atenta e ansiosa por reconhecimento de diferenças com vistas à igualdade. ”

O que mudou neste protagonismo desde o início de sua carreira na magistratura?

Não vejo o protagonismo maior do judiciário como voluntarismo geral e próprio da maioria de seus juízes, mas ele veio com as demandas decorrentes do protagonismo das pessoas, dos grupos organizados da sociedade civil e das desigualdades que os mecanismos tradicionais de representação popular não conseguiram tratar a contento. Essa é a crise a meu ver. Tudo isso demandou a busca por reconhecimento e efetivação de direitos que não encontram eco ao cabo de cada eleição, de cada reforma disso ou daquilo. As pessoas querem ação que materialize suas expectativas. O judiciário passou a ser chamado e cobrado de forma crescente nas últimas 3 ou 4 décadas.

Quais as tendências do judiciário que devem se consolidar nos próximos anos?

No desempenho da função jurisdicional me parece que a busca pelo consenso, pela composição e, quando necessária, uma prestação jurisdicional decisória clara e convincente por seus fundamentos, e não somente por sua autoridade. Inclusive na área criminal. Como carreira, o judiciário precisa reencontrar sua identidade unitária, e isso está na sua alma comum, aquilo que está na origem de sua institucionaliza-

ção e constitucionalização, que é a manutenção de independência real e não apenas formal. Precisa reencontrar o melhor das prerrogativas e da vitaliciedade e fazê-las valer. Mostrar claramente à sociedade a diferença entre prerrogativa e privilégio.

Na sua opinião, como a tecnologia e redes sociais influenciam na carreira atualmente?

A tecnologia ajudou bastante. O processo eletrônico trouxe algumas melhorias na prestação jurisdicional, ainda que haja algumas desvantagens vistas por uns e outros. O uso de aplicativos também possibilitou comunicação mais rápida para trabalho. No curso do trabalho em isolamento social as combinações correio eletrônico/plataformas para conferências/aplicativos de comunicação (WhatsApp), foram essenciais. No que concerne ao uso pessoal pelo juiz das redes, há que se ter um certo cuidado, pois aquilo que pode se apresentar a princípio como um simples espaço para descontraídas manifestações ou interferências meramente sociais, exprimindo ideias como frutos de liberdade constitucionalmente assegurada a qualquer cidadão, pode assumir um contorno de interferência e influência pública sobre comportamentos, o que não é mesmo compatível com a função do juiz.

Poderia falar um pouco sobre seus próximos projetos? Já tem algo em mente?

Neste exato momento, o único projeto certo é o prosseguimento dos estudos da ciência do direito para o aprimoramento profissional. Contudo, pretendo sim me inserir no mercado privado, mas estou ainda avaliando a melhor forma de fazê-lo.

Para finalizar, quais conselhos daria para juízes que acabaram de ingressar na carreira?

Não gostaria de me colocar numa posição de dar conselhos a profissionais que já chegaram ao ponto de terem ingressado na magistratura, sendo todos juízes. O que posso, talvez, é fazer uma espécie de apresentação a eles de um lugar maravilhoso no qual tive a felicidade de atuar durante 28 anos. E digo, mais que uma função árdua (que realmente é), trata-se de uma bela, rica e engrandecedora aventura, daquelas que desafia, motiva, entristece e alegra, e cujo final é, a cada dia e a cada decisão que se faz por ser bem fundamentada e dada, um final sempre feliz. Não deixo a magistratura 13 anos antes da compulsória por arrependimento ou melancolia. Fui e estou feliz e em paz com ela. Trata-se apenas de mais um desafio, ou uma espécie de renovação existencial.

Ajuferjes lança, em parceria com a Educafro, curso “Magistratura Federal Plural”

Curso gratuito tem como objetivo capacitar candidatos para concurso público

A Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ajuferjes), em parceria com a Educafro, lança o curso “MAGISTRATURA FEDERAL PLURAL”, que tem como objetivo capacitar gratuitamente candidatos social e economicamente vulneráveis para o concurso público de ingresso na carreira da Magistratura Federal 2021.

“O perfil do judiciário hoje não representa a realidade da sociedade brasileira. Com essa iniciativa, queremos ajudar na construção de um judiciário mais representativo e, consequentemente, mais democrático”, afirma Paulo César Rodrigues, Juiz Federal e diretor da Escola Ajuferjes. Ele explica que o curso oferecerá uma preparação de alto nível com um corpo docente formado por juizes federais, advogados, procuradores, muitos deles mestres e doutores”.

O curso, totalmente gratuito, acontecerá de agosto de 2021 a junho de 2022,

com aulas online, de segunda a sexta-feira, das 20h às 22h. Serão quatro módulos que compreenderão todas as matérias solicitadas pelos editais de concursos para a magistratura federal. Ao final de cada módulo, será realizado um simulado, de acordo com os critérios da prova da primeira fase do último concurso da magistratura federal da 2ª Região. Para estudantes e profissionais de baixa renda, as vagas do curso serão divididas da seguinte forma: 20 vagas para indígenas e negros, duas vagas para pessoas com deficiência, 10 para mulheres e 18 para ampla concorrência.

“Trata-se de uma ação social muito importante e pensada para habilitar os estudantes de forma completa para disputar uma vaga nos concursos nacionais”, complementa Sandra Chalu, Juíza Federal e Presidente da Ajuferjes.

“O perfil do judiciário hoje não representa a realidade da sociedade brasileira. Com essa iniciativa, queremos ajudar na construção de um judiciário mais representativo e, consequentemente, mais democrático.”

Aviso importante sobre os Convênios Ajuferjes

O primeiro lote de carteirinhas Ajuferjes será enviado, neste mês, com um brinde exclusivo a 70 associados. Pedimos a todos para preencherem seus dados completos na intranet do site da associação (em “meus dados”) e enviarem sua foto 3x4 para contato@ajuferjes.org.br. Só assim as demais carteirinhas poderão ser produzidas e enviadas.

Há descontos na Academia Velox Fitness, na Lagoa, em obras selecionadas da Editora Juspodivm e ainda uma semana promocional em que todos os livros da editora recebem 30% de desconto.

A pedido de colegas, conseguimos desconto de 40% nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Direito e Educação da Estácio (apenas modalidade presencial). Na nossa cartela de convenia-

dos, também estão contempladas Escolas de idiomas como: High Level Consultoria de Idiomas, BERLITZ e Instituto de Inglês Jurídico — Thiago Calmon. Renovamos ainda o convênio firmado na gestão anterior com a Atec Original Design. Os descontos variam de 10% até 27% a depender do modelo da cadeira. Não deixem de participar, enviem suas sugestões para novos convênios.



Ajuferjes realiza workshop para a imprensa

A Ajuferjes realizou em março a 2ª edição do workshop “Justiça Federal para Jornalistas”. O curso, ministrado em plataforma 100% online, apresentou aos profissionais da imprensa do Rio de Janeiro e Espírito Santo o funcionamento dos tribunais federais, suas competências, bem como os principais termos técnicos utilizados no dia a dia dos magistrados.

As palestras foram conduzidas pelos juízes Vladimir Vitovski e Frederico Montedonio e teve a participação de repórteres dos principais veículos do País. Além de esclarecer as principais dúvidas da mídia, a iniciativa também visa a aproximar a associação de quem faz a notícia. A 1ª edição do workshop foi realizada em dezembro de 2018.



Cada vez mais próximos

Ajuferjes incrementa e reformula canais de comunicação.

Na busca pelo estreitamento dos laços com seus associados e visando, também, a atingir cada vez mais agentes da sociedade, a Ajuferjes coloca em prática o aperfeiçoamento de seus canais de comunicação. “Nosso objetivo é dar continuidade aos esforços da gestão anterior, implementando novos canais e reformulando os já existentes”, conta a presidente da associação, Sandra Chalu.

Quem acessar as redes sociais da Ajuferjes verá um conteúdo mais dinâmico, divulgando ações judiciais relevantes, eventos, lançamentos de livros, cursos, entre outros assuntos de interesse dos magistrados. Para aproximar-se dos usuários dos serviços da Justiça Federal, estão sendo feitos, também, *posts* com caráter informativo. Ainda dentro do universo das mídias sociais, a associação passa a realizar *lives* uma vez por mês.

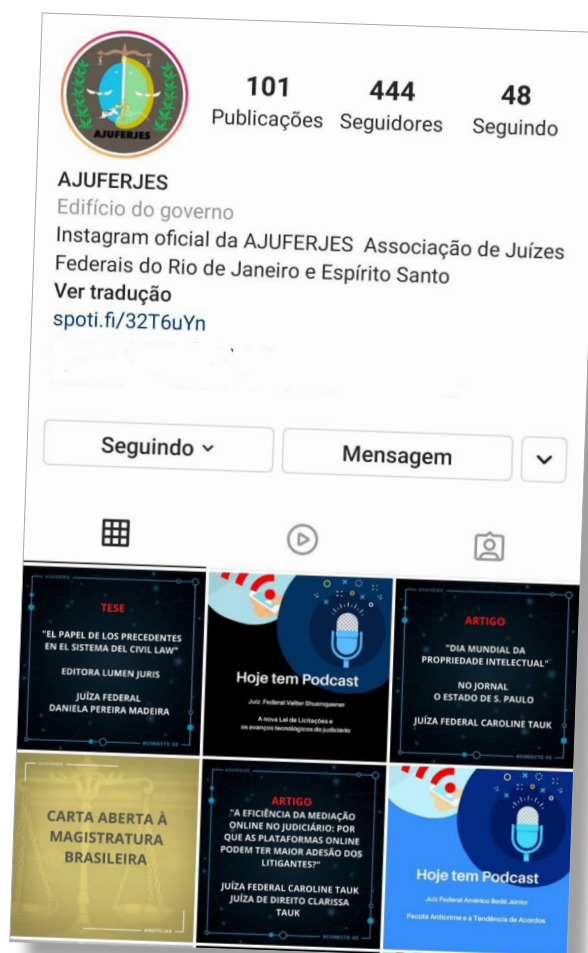
Outra novidade fica por conta dos Podcasts. Toda terça-feira é dia de conferir no site da Ajuferjes ou na plataforma Spotify um novo episódio. Cada semana, um ma-

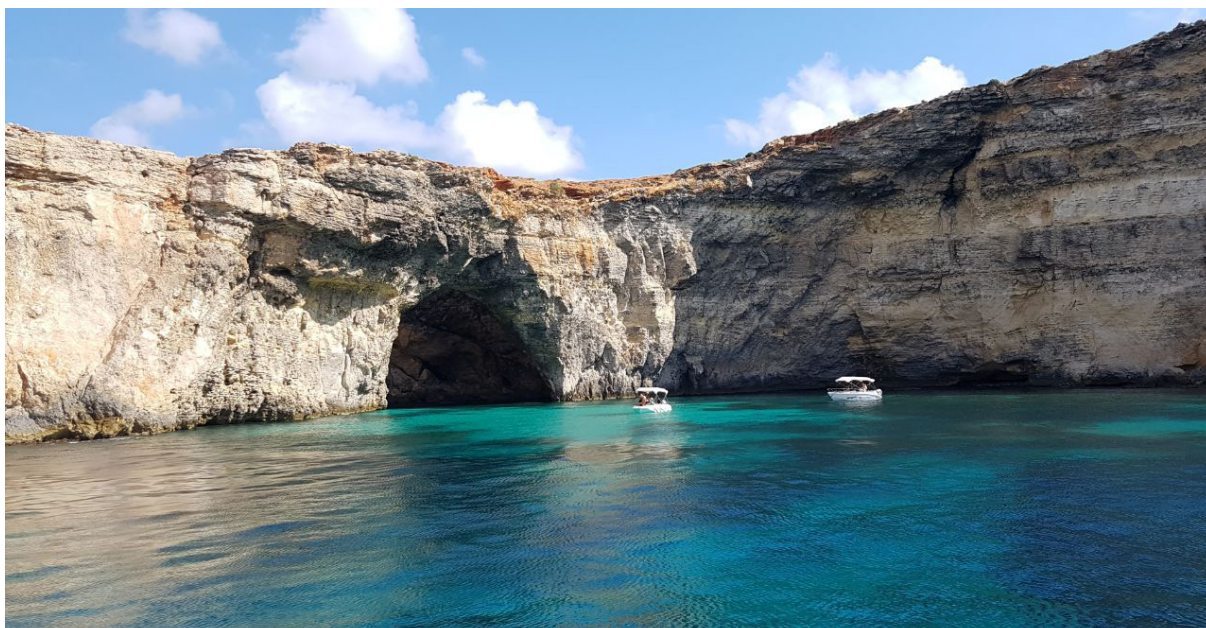
gistrado é entrevistado e traz novidades e questões relevantes para o judiciário. Os programas contam, ainda, com colunas sobre literatura, viagens, gastronomia, entre outros assuntos.

“A ideia é produzir conteúdos que sejam interessantes tanto para quem trabalha na justiça, quanto para quem não é da área”, afirma Sandra Chalu.

Confira a página da Ajuferjes no Facebook (Ajuferjes) e no Instagram (@ajuferjes). No Spotify e Deezer escute os podcast buscando por Ajuferjes.

“ A ideia é produzir conteúdos que sejam interessantes tanto para quem trabalha na justiça, quanto para quem não é da área. ”





MEMÓRIAS DE VIAGENS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Malta por Raldênio Bonifácio Costa.

Impedidos de viajar, seja pelo Brasil, seja para o exterior, vamos recordar viagens que fizemos e nos permitem divagar em sonhos de alegria. Revendo fotos, de pronto, encontrei as de MALTA e suas ilhas, motivando-me a escrever breves linhas sobre este belo e histórico país.

MALTA é composta de três grandes ilhas — Malta, Gozo e Comino, todas habitadas; e de pequenas ilhas que não são habitadas — Cominotto, Filtla e Saint Paul. Situadas ao sul da Sicília, ao norte do continente africano, a leste de Gibraltar e a oeste de Alexandria, as ilhas maltesas ocupam invejável posição em pleno coração do Mediterrâneo.

MALTA é a principal e maior ilha do arquipélago maltês e a capital do país é Valletta, cidade próxima de outras importan-

tes como Mdina (antiga capital) e Rabat, sendo uma ilha muito densa. Ao seu redor encontram-se cidades e vilarejos cujas fronteiras se tornam impossíveis de identificar os limites. Apesar da ausência de fronteiras, cada região tem suas próprias características, existindo diferentes dialetos entre o sul e o norte de Malta e a ilha de Gozo, mas o idioma comum é o Inglês.

Existem sítios arqueológicos interessantes com provas de antigas civilizações desenvolvidas datando de tempos pré-históricos. Importantes monumentos como Igrejas e fortificações construídas pelos “Cavaleiros da Ordem de São João”, com já três séculos de existência.

MALTA é também conhecida por lembrar que o Apóstolo São Paulo ali viveu por

cerca de três meses após seu naufrágio em viagem para Roma.

Vallete — suas primeiras construções foram erguidas como albergues destinados aos “Quartéis-Generais” dos diferentes grupos étnicos dos Cavaleiros da Ordem de São João. A Biblioteca Nacional foi a última construída pela Ordem, concluída em 1796. Vallete se orgulha de suas três Igrejas Paroquiais — Igreja do Naufrágio de São Paulo; de Nossa Senhora das Vitórias e a Catedral de São João com sua fachada externa que desmente a sua suntuosidade interior, com paredes esculpidas e douradas, com sua abóbada pintada como obra-prima de Mattia Preti, tendo, ainda, quatrocentos pisos de mármore. Em passado recente os habitantes se encontravam na animada Vallete à noite, frequentando cinemas, cafês e eventos culturais. Em 2018, Vallete foi eleita Capital Europeia da Cultura, este prestigioso título refletiu o patrimônio cultural, incrivelmente rico de obras-primas Barrocas.

A Ilha de Comino foi assim denominada após o crescimento de uma planta: “o cominho”. É a menor das três grandes ilhas e tem como forte atração turística a Lagoa

Azul, célebre por sua beleza e águas cristalinas. Banhar-se nessas águas é algo indescritível, uma rica experiência.

Imagine um local de águas cristalinas, areias claras e céu azul de dar inveja a qualquer cartão-postal. Assim é a Ilha de Gozo, localizada no arquipélago que compõe Malta, no Mar Mediterrâneo.

O local tem uma população estimada de mais de 33 mil pessoas e é um dos pontos turísticos mais famosos de Malta, que atrai turistas de todo o mundo durante os meses mais quentes do ano. As casas coloridas e as construções brancas tornam a paisagem ainda mais bonita e interessante aos olhos dos visitantes.

A história da região data do ano 5000 a.C., época em que se deu a sua ocupação por parte dos povos da Sicília, na Itália.

No século XVI, a Ilha de Gozo foi invadida por povos otomanos e, no final do século XVIII, foi um dos palcos da ocupação francesa.

Malta surpreende em tudo, até no ótimo vinho branco Chardonnay, um dos melhores que já bebemos. Além disso, a ilha é quase auto suficiente, produz até trigo para exportação. Quase todas as frutas, verduras e legumes que tivemos oportuni-



Vista do mar da Cidade de Valette; do porto e do conjunto arquitetônico que predomina em toda ilha: casas de calcário ou do mesmo tom, com gabarito baixo e em linhas retas.



MDINA, antiga Capital de Malta, fundada pelos muçulmanos no ano de 870.



Tradicional barco de pesca de Malta. Na proa os barcos têm dois olhos, herança da cultura Fenícia.

dade de experimentar tinham origem nas terras maltesas.

À noite, para nos despedirmos de Malta fomos jantar em Mdina, a cidade do silêncio, antiga capital árabe, no centro da ilha e com apenas 278 moradores.

Foi uma experiência fantástica caminhar pelas ruelas estreitas da cidade à noite. Na hora que o sino da Catedral tocou foi muito esquisito, deu uma vontade de sair correndo.

Assim terminamos de viajar por MALTA, sonhando com novas e futuras viagens.

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Ingressou na Magistratura Federal em 1988, quando tomou posse como Juiz Federal auxiliar da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Dez anos depois foi promovido a Desembargador Federal por merecimento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aposentando-se a pedido em novembro de 2013.

OBRA COLETIVA DE JUÍZES FEDERAIS É LANÇADA PELA EDITORIA FGV



A obra “Reflexões sobre direito e economia”, coordenada pelo Desembargador Federal Marcus Abraham e os professores da Fundação Getúlio Vargas/RJ Armando Castellar Pinheiro, Antonio Maristello Porto e Patrícia Sampaio, está disponível gratuitamente na Biblioteca Digital da Editora FGV. O livro é composto por catorze artigos — todos centrados em problemas jurídico-econômicos concretos — elaborados pelos magistrados que participaram do curso “Projeto de Difusão de Conhecimentos em Direito, Economia e Justiça”.

Ao longo de quatro módulos, do agosto de 2018 até julho de 2019, os juízes se debruçaram sobre a análise econômica do direito, apreciando questões jurídicas com o uso das ferramentas da economia. Segundo Marcus Abraham, Desembargador Federal e um dos organizadores da obra, os juízes tomam decisões com relevantes impactos econômicos. “Decisões sobre conflitos de

massa, por exemplo, podem ter efeitos sobre a macroeconomia, a empregabilidade ou as finanças públicas. O objetivo deste livro é diminuir o hiato existente entre os estudos nos mundos jurídico e econômico”, explica.

O Projeto de Difusão de Conhecimentos em Direito, Economia e Justiça (DEJ) é uma parceria do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) da FGV DIREITO RIO, com a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Participam da obra os juízes federais Carla Teresa Bonfadini de Sá, Carlos Adriano Miranda Bandeira, Caroline Medeiros e Silva, Caroline Somesom Tauk, Daniela Berwanger Martins, Fabíola Utzig Haselof, Gabriela Arruda, Guilherme Bollorini, Marcella Araujo da Nova Brandão, Marcos Paulo Secioso, Maria Izabel Gomes Sant’Anna de Araujo, Matheus Lolli Pazeto, Priscilla Pereira da Costa Corrêa, Sérgio Bocayuva Dias e Victor Roberto Corrêa.

“Decisões sobre conflitos de massa, por exemplo, podem ter efeitos sobre a macroeconomia, a empregabilidade ou as finanças públicas. O objetivo deste livro é diminuir o hiato existente entre os estudos nos mundos jurídico e econômico.”

Prateleira

FIQUE ATENTO

- Em 10 de junho, começará a pré-venda da segunda edição – atualizada, revista e ampliada – do livro “Justiça Digital”, coordenada pela juíza Isabela Ferrari. Essa é uma parceria do Instituto New Law com a Editora Revista dos Tribunais. “Para a segunda edição, incluímos três novos temas: um artigo sobre o sistema Victor, a inteligência artificial do Supremo Tribunal Federal; outro sobre o sistema Mandamus, que deve se expandir em breve por todo o país; e um terceiro sobre o Juízo 100% digital, escrito por aqueles que capitaneiam a sua implantação”, conta Isabela.

MAIO

- A pesquisa de mestrado do juiz federal Paulo André Espirito Santo Bonfadini resultou no livro “O Poder Normativo Autônomo das Agências Reguladoras – Critérios e controles”, lançado este mês pela editora Lumen Juris. A obra aborda, entre outras coisas, a importância da normatização autônoma para a regulação e a estrutura jurídica do princípio da legalidade.
- O Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama (2ª Região) e a doutora em direito Maria Carolina Cancellata de Amorim organizaram o livro “Acesso à justiça e efetividade do processo” (Editora Lumen Juri). A obra reúne pesquisas sobre o acesso à justiça e os métodos de solução de conflitos desenvolvidas no encontro Law and Society Association 2020.

ABRIL

- A Juíza Federal Aline Miranda assina o artigo “Normas processuais fundamentais e princípios da conciliação e da mediação no código de processo civil” no 4º volume do e-book “Estudos sobre mediação no Brasil e no exterior” (Editora Essere nel Mondo). O e-book pode ser baixado gratuitamente no site da editora.

MARÇO

- A Juíza Federal Caroline Tauk publicou no site Jota o artigo “A eficiência da mediação online no Judiciário: Por que as plataformas online podem ter maior adesão dos litigantes?”
- O Juiz Federal Marcus Lívio Gomes lançou, pela editora Lumen Juris, a sua tese de pós-doutorado “The principal purpose test in the multilateral instrument”, concluída no Institute of Advanced Legal Studies da University of London.
- O estudo do tema dos precedentes judiciais recebeu uma contribuição valiosa com a publicação de “El papel de los precedentes en el sistema del civil law: análisis de la

vinculación de las resoluciones de los tribunales en el proceso civil contemporâneo” (Editora Lumen Juris) da Juíza Federal Daniela Pereira Madeira. Trata-se da versão comercial da tese de doutorado defendida por Daniela no programa de pós-graduação da Universidad Complutense de Madrid.

- Saiu a segunda edição da obra Incidente de Assunção de Competência, do Desembargador Aluísio Gonçalves de Castro Mendes em co-autoria com José Roberto Mello Porto (GZ Editora). O livro está dividido em nove capítulos, que analisam o tratamento normativo do Incidente de Assunção de Competência, tanto na lei processual geral, assim como no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

FEVEREIRO

- A Juíza Federal Carmen Silvia de Arruda publicou o artigo “Sobre a igualdade na crise da Covid-19” no site Consultor Jurídico.
- O Juiz Federal Francisco de Assis publicou livro “Desconsideração da Personalidade da Pessoa Jurídica – Aplicação no Direito Falimentar Brasileiro” (Juruá Editora), fruto de sua Tese de Doutorado em Direito, realizado na Faculdade Autônoma de Direito – FADISP.

JANEIRO

- Os desafios jurídicos impostos pela nova ordem dos negócios digitais são abordados no artigo “A timidez da economia digital e o fascínio pelas dietas low tax” do Juiz Federal Márcio Santoro Rocha.
- O Juiz Federal Marcelo Leonardo Tavares publicou “Reforma da Previdência Social: um panorama” no site Interfases.
- A Juíza Carmen Silvia publicou, no portal jurídico JOTA, o artigo “Muita calma nessa hora: vacinação contra a Covid-19 não poderá seguir o esquema simplificado e ágil de imunização regularmente utilizado.”
- A utilização de algoritmos de inteligência artificial para aperfeiçoar o sistema de adoção no Brasil é o tema do artigo “Direito e Processos Digitais, algoritmos e adoções: análise preditiva e proteção às crianças e adolescentes”, escrito pelo desembargador Guilherme Calmon e o professor de Direito Civil Felipe Medon. O texto foi publicado no periódico jurídico-científico GEN Jurídico.
- A juíza federal Carmen Silvia de Arruda escreveu para o jornal O Globo o artigo “Solidariedade na pandemia”.
- O Desembargador Federal Abel Gomes publicou, na Revista Crusoé, o artigo “A corrupção seguirá no poder”.

Histórias de um tribunal



O NASCIMENTO DE TANIA

*Por Tania Heine**

Ao assumir a Presidência do TRF-2, em abril de 1997, eis que me deparei, poucos dias depois, com a privatização da Vale do Rio Doce. Período de muito trabalho, inúmeras liminares suspendendo o leilão e pedidos de suspensão encaminhados à Presidência. Tinha o cuidado de explicar aos repórteres de plantão cada uma de minhas decisões, numa linguagem acessível, para evitar distorções. No final do mês, depois de um dia particularmente tumultuado, os servidores me ofereceram um pequeno coquetel para lembrar meu aniversário. Convidei a imprensa, esclarecendo que era uma comemoração privada. Fiquei tocada com a delicadeza dos servidores exaustos e o respeito dos jornalistas, de tão diferentes opiniões: no dia seguinte, o noticiário se restringiu aos aspectos jurídicos da privatização.

Foram 34 anos de Magistratura, sendo 20 anos no Tribunal, numa época em que ainda havia poucas mulheres na profissão. Alguns casos ficaram na memória, inúmeras situações ora emocionantes ora complexas.

Como juíza da 1ª Vara Federal, cabia a mim fazer a audiência de naturalização de estrangeiros. Chinesas que sequer falavam português; um pedido para que eu naturalizasse um conhecido jogador argentino no centro do Maracanã, antes do início do jogo, o que evidentemente não aceitei; um rapaz de origem árabe que não acreditou que eu fosse juiz e se recusou a ser nacionalizado; pessoas que choravam ao receber o certificado, como se tivessem renascido.

Uma audiência particularmente tensa e triste foi a de uma jovem, com filhos pequenos, que perdeu os dois braços na explosão de uma granada no campo de Gericinó, perto de sua casa. Bastava ouvi-la contar os percalços do seu dia a dia para avaliar o drama que vivia. Após a sentença de procedência, onde constava que, além de uma compensação financeira, teria direito a duas próteses decentes em substituição aos braços amputados, a Procuradora da República conseguiu autorização para não recorrer e fazer um acordo. Tivemos a sensação de que a Justiça fora feita.

Recordo ainda quando uma senhora grávida quase chorando entrou no meu Gabinete. Gravidez complicada, indicação de cesariana. O marido foi um ex-combatente que teve o direito à reforma reconhecido judicialmente, e que estava em fase de execução. A sua angústia era evidente, pois o bebê não podia aguardar a finalização do processo e o hospital militar não a aceitava. Não hesitei e determinei a expedição de ofício ao hospital esclarecendo que, com o trânsito em julgado, ela já teria direito à internação. Transcorrido um mês ela entra, dessa vez feliz e sorridente, com um bebê no colo e uma homenagem que me emocionou: uma menina a quem deram o nome de Tania.

* Tania Heine é desembargadora federal aposentada, com 33 anos de vida dedicados ao exercício da magistratura, atuando em diversos casos de grande repercussão nacional e relevância histórica. Após a posse, como Juíza Federal substituta, em 1976, foi lotada na 1ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro. A sua promoção ao cargo de Juíza Federal titular ocorreu um pouco depois, em 1977. De 1986 a 1988, foi diretora do Foro. Tania Heine foi Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no biênio (1997-1999), a segunda mulher a ocupar a Presidência do referido Tribunal.



ASSOCIAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos
Presidente do Conselho Executivo
Marcelo da Rocha Rosado
Vice-Presidente do Espírito Santo
Natália Tupper dos Santos
Vice-Presidente Administrativo
Maria Izabel Gomes Sant'Anna de Araújo
Diretora Cultural, Social e Desportiva
Janaina Siqueira Barreiros Leal
Diretora Tesoureira

Rodrigo Reiff Botelho
Diretor de Valorização Profissional
Carla Teresa Bonfadini de Sá
Diretora de Comunicação Social
Paulo César Villela Souto Lopes Rodrigues
Diretor da Escola da AJUFERJES
Aline Alves de Melo Miranda Araújo
Débora Valle de Brito
Maria Cristina Kanto
Monica Maria Leone (Suplente)
Conselho Fiscal